



CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 152/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2026

Pelo presente instrumento que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE CASEIROS/RS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Mário Cirino Rodrigues, nº 249, bairro centro, nesta cidade de Caseiros, Estado do Rio Grande do Sul, inscrito no CNPJ sob nº 90.483.058/0001-26, neste ato representado pela Prefeita Municipal Joelice Bortolanza Canali, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e **TCA TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA** inscrito no CNPJ sob nº **08.389.661/0001-62**, com sede na Rodovia RS 135, nº 3999, Bairro Santo Antonio, cidade de Erechim/RS, CEP: 99.710-557, neste ato representando pelo seu doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Contrato que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E ENTREGA

A **CONTRATADA** fornecerá a **CONTRATANTE** aquisição e prestação de serviço de instalação de sistema de automatização de portas e estribo lateral fixo com suporte de fixação regulável, com base de apoio de alumínio xadres, antiderrapante, das I/M.BENZ 517 SPRINTER A4, Ano/modelo 2026/2027 da Secretaria Municipal da Saúde, compreendendo:

LOTE 01	Item	Quantidade	Descrição	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
	01	01	Automatização de portas das Vans Sprinter, ano modelo 2026/2027 da Secretaria de Saúde. O equipamento deve medir 1460mm e obter uma abertura de porta de 1200mm; Dispor de acabamento em courvim automotivo e peças metálicas cromadas; Sistema elétrico, movido por motoredutor de 12v,	R\$ 7.416,00	R\$ 9.639,00



			acionado através de chicote elétrico independente, conectado na bateria do veículo, sem conexões com o sistema elétrico original. O sistema deve ser composto por itens de fácil manutenção e manuseio (relês, fusíveis, ponte retificadora...) e facilmente encontrados no mercado de elétrica automotiva. Acionamento realizado através de uma botoeira fixada no painel composto por dois botões (abre/fecha) ou por controle remoto de forma opcional;		
	02	01	Aquisição e serviço de instalação de Estribo lateral fixo com suporte de fixação regulável, com base de apoio de alumínio xadres, antiderrapante, com as seguintes medidas 2300mm, 2600mm e 3000mm, composto por tubo de ferro 2 polegadas com espessura de 2mm, largura da base de apoio de 200mm.	R\$ 2.223,00	

Parágrafo Primeiro: A partir da assinatura deste contrato a Contratada possui o prazo de 15 dias corridos para realizar os serviços descritos.

Parágrafo Segundo: A Contratada deverá fornecer garantia dos materiais e serviços pelo período de 12 meses, e somente fornecer peças originais, de primeira linha.

Parágrafo Terceiro: No período da garantia a substituição das peças deverá ser idêntica ou superior aquelas que a Contratada utilizou por ocasião deste.

Parágrafo Quarto: Caso a(s) materiais (s) fornecida (s) apresente(m) defeito, caberá ao licitante ressarcir e realizar o serviço para retirada da peça defeituosa e instalação da peça nova.



Parágrafo Quinto: O licitante também deverá ressarcir o Município, quer seja pelo valor de mão de obra e/ou outro material, caso a peça defeituosa tenha gerado outros danos;

Parágrafo Sexto: O licitante terá o prazo de 05 dias, após o comunicado da necessidade de substituição, para fornecer uma peça nova sem defeito, e observada as mesmas características de qualidade;

Parágrafo Sétimo: Caberá ao licitante proceder no exame da peça reputada defeituosa na sede do Município, no prazo de 3 dias do comunicado e em caso de silêncio ou não atendimento restará caracterizado como tendo aprovado o exame realizado pelo Município da caracterização de peça defeituosa.

Parágrafo Oitavo: A **CONTRATANTE** será responsável pelo deslocamento dos veículos até o local de execução dos serviços e instalação dos materiais, quando este se situar em até **100 km (cem quilômetros)** da sede do Município de Caseiros/RS. Na hipótese de a licitante vencedora possuir sede localizada a mais de **100 km** do Município de Caseiros/RS, caberá a esta a **retirada e devolução dos veículos** no Município, bem como todas as providências necessárias para a realização dos serviços, sem custos adicionais.

DO VALOR E DO PAGAMENTO

Cláusula Segunda: O preço a ser pago pelo **CONTRATANTE** a **CONTRATADA**, pelo conserto, correspondente ao total de R\$ 9.639,000 (Nove mil seiscentos e trinta e nove reais).

DO PAGAMENTO

Cláusula Terceira: O pagamento do objeto desta licitação dar-se-á mediante as condições abaixo:

- a) O pagamento será efetuado através de depósito bancário, efetivada até 30 dias após a entrega das peças, mediante a apresentação da Nota Fiscal, e com observância do estipulado pela Lei n. 14.133/2021;
- b) O depósito bancário será feito na seguinte conta corrente da Contratada.
- c) A nota fiscal emitida pela Contratada deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo e o número do Pregão, e do empenho a fim de acelerar o tramite de recebimento dos bens licitados e posterior liberação do documento fiscal para pagamento;



DA VIGÊNCIA

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência pelo período de 13 meses, contados a partir da assinatura deste contrato, podendo ser prorrogado por igual período, na forma da Lei 14.133/2021. Compreendendo 1 mês para realização dos serviços e 12 meses de garantia.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Cláusula Quinta: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

09 – Secretaria Municipal da Saúde;

2061 – Manutenção da frota de veículos da Secretaria de Saúde;

(837) 33903000000000.1500.1002 – Material de consumo;

(839) 33903900000000.1500.1002 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica;

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Cláusula Sexta: Constituem também obrigações e responsabilidades da contratada:

- a) Fornecer os materiais novos, originais de fábrica ou genuínas e de qualidade comprovada e realizar os serviços dentro do prazo estabelecido;
- b) Cumprir rigorosamente os prazos;
- c) Fornecer garantia mínima legal e técnica de 12 meses de materiais e serviços.
- d) Cumprimento de outras exigências já definidas no presente contrato e previstas na Lei nº 14.133/2021.
- e) O fornecimento das peças esteja em conformidade devendo ser peças/materiais novos, de boa qualidade e com garantia de no mínimo 12 meses.
- f) O prazo para entrega dos serviços de conserto é de 15 dias corridos;
- g) As peças deverão atender integralmente a descrição estabelecida, novas, sem uso anterior, originais de fábrica, com garantia mínima de 12 meses.



- h) Na entrega dos serviços, a contratada apresente, juntamente com a nota fiscal:
- i) Certificado(s) de garantia das peças/materiais e dos serviços, com validade mínima de 12 (doze) meses;

Parágrafo Primeiro: As peças a serem fornecidas deverão ser todas de primeira linha, e sempre novas, sem uso anterior.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

Cláusula Sétima: Constituem obrigações e responsabilidades da CONTRATANTE:

- a) Fiscalizar a execução do objeto podendo, em decorrência, solicitar fundamentadamente, à CONTRATADA, providências cabíveis para correção ou adequação de procedimentos;
- b) Efetuar o pagamento da forma acordada neste instrumento;
- c) Modificar ou rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos na Lei nº 14.133/2021, se necessário;

DA FISCALIZAÇÃO

Cláusula Oitava: A fiscalização dos serviços contratados será exercida pela servidora Ana Luiza Spiller Tumelero em conjunto com o engenheiro mecânico, para validação do perfeito atendimento dos serviços contratados.

Parágrafo único: A fiscalização terá poderes, dentre outros, para notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas no decorrer da execução do objeto contratual, podendo exigir a correção dos serviços que julgar inaceitáveis.

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula Nona: A CONTRATADA se sujeita, no que couber, às penalidades previstas no art. 155 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, garantido o direito de ampla defesa.

Parágrafo Primeiro: Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:



- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- f) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- i) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

Parágrafo Segundo: Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- iv) **Multa:**
 - (1) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15(quinze) dias;
 - (2) O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de



suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

Parágrafo Terceiro: A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

Parágrafo Quarto: Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º), e se observará o seguinte:

1.1.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157);

1.1.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

1.1.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 60 (*sessenta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Parágrafo Quinto: A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Sexto: Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Sétimo: Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados



conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

Parágrafo Oitavo: A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

Parágrafo Nono: O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

Parágrafo Décimo: As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Parágrafo Décimo Primeiro: As penalidades serão registradas no cadastro da CONTRATADA, quando for o caso.

Parágrafo Décimo Segundo: Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula Décima: A CONTRATADA reconhece desde já que o presente contrato poderá ser extinto, nas hipóteses previstas no art. 137 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, no que couber ao objeto deste contrato.

DO FORO

Cláusula Décima Primeira: O Foro competente para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente instrumento contratual é o da Comarca de Lagoa Vermelha/RS, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



Estando assim certos e ajustados, firmam o presente instrumento exarado em três vias de igual teor e forma, assinados pelas partes contratantes e de fiscalização do contrato, para que surta seus efeitos legais.

Caseiros, 29 de setembro de 2026.


MUNICÍPIO DE CASEIROS/RS
Contratante

TCA TRANSFORMACOES VEICULARES
Assinado de forma digital por TCA TRANSFORMACOES VEICULARES
LTDA:08389661000162
Dados: 2026.10.01 11:22:59 -03'00'

TCA TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA
Contratada

Fiscal do Contrato
Ana Luiza Spiller Tumelero

Testemunhas:

1º _____

2º _____